

ASPECTOS DA MORTALIDADE DE LIVRES

EM CAMPINAS: 1774 – 1819.

Paulo Eduardo Teixeira*

Resumo: Esta comunicação apresentará os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento, onde a população livre de Campinas tem sido estudada sob vários aspectos demográficos através do uso dos Registros Paroquiais. Pretende-se analisar a mortalidade da população infantil e adulta em dois momentos: o da freguesia de Campinas (1774-1794), e o da vila (1794-1819). Os primeiros resultados apontam para uma elevada taxa de mortalidade, principalmente a ocorrida no primeiro mês de vida. A mortalidade entre os sexos mostrou-se equilibrada em seu conjunto, possibilitando um crescimento da população de forma harmoniosa, uma vez que também verificamos uma relação equilibrada entre os sexos das crianças batizadas.

Palavras-chave: mortalidade; demografia histórica; Campinas.

INTRODUÇÃO

O uso dos registros paroquiais para estudos de caráter demográfico tem sido feito por diversos pesquisadores que, na falta de uma documentação mais adequada, tem se valido destes valiosos registros

* Doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP e bolsista pela FAPESP, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe.

eclesiásticos para apurar resultados que tem ajudado a dimensionar aspectos da realidade passada.

Para Campinas, uma pequena freguesia que foi fundada em 1774, a Cúria Metropolitana guarda em boas condições os livros que contém os registros de batismo, casamento e óbito da população, proporcionando assim a oportunidade para o desenvolvimento do estudo que ora propomos, ou seja, averiguar alguns aspectos da mortalidade da população livre nessa referida localidade, abrangendo dois períodos: o da freguesia (1774 – 1794), e o da vila (1795 – 1819). Deve-se dizer que entre essa população livre encontramos elementos oriundos da população escrava, isto é, os forros. Não obstante, em virtude da representatividade dos mesmos no conjunto da população ser baixa, resolvemos estudá-los de forma agrupada.¹

A freguesia campineira era inicialmente um bairro rural da vila de Jundiáí, sendo que em 1774 a população total abrigava 475 pessoas, sendo 388 livres, e vivendo essencialmente de uma agricultura de subsistência. Por outro lado, quando a mesma localidade foi elevada a condição de vila, em 1794, a população total já havia se elevado a 1.862 almas, sendo livres 1.364 pessoas, ou 73,3% dos habitantes. Nesse momento a lavoura canavieira já mostrava sinais de sua existência pelas paragens campineiras, sendo esta a alavanca da economia local nos anos subseqüentes, proporcionando um crescimento de sua riqueza nunca antes experimentado pelos habitantes daquela vila, e com isso atraindo

¹ No estudo de Aparecida da Glória Aissar (1980, p.57) a autora encontrou apenas 1,65% do total de óbitos correspondentes ao negro-livre.

muitas pessoas de vilas e lugares subjacentes, como Itu, Bragança, Nazaré, Atibaia e Jundiaí. (Cf. TEIXEIRA, 2002, p.81)

Se já demonstramos a importância do processo migratório para o crescimento da população campineira (Cf. TEIXEIRA, 2002), cumpre aqui avaliar um outro aspecto muito importante para se determinar o crescimento dessa população, que é a mortalidade. Opondo o nível de nascimentos ao da mortalidade obtém-se aquilo que os demógrafos chamam de crescimento “natural”. Massimo Livi-Bacci (1984, p.71) afirmou que a diferença entre os dois fenômenos “raramente” ultrapassa 5 unidades por mil habitantes, sendo que dentro de um quadro assim a população levaria 142 anos para dobrar seu tamanho.

Portanto, estabelecer os padrões de mortalidade de uma população é uma forma de se chegar ao conhecimento do crescimento natural dessa população, e assim podemos afirmar que Campinas apresentou um elevadíssimo crescimento se considerarmos os anos de 1794, em que a taxa bruta de mortalidade² foi de 17‰, e a de 1814 que chegou a 34‰. Para ambos os anos a taxa de crescimento natural³ foi de 36‰, sem dúvida um número que chega a nos espantar, tendo em vista, por exemplo, as taxas de crescimento de alguns países europeus no ano de 1800, como por exemplo Inglaterra, com 10,6‰, Alemanha, com 14,5‰, a Áustria, com 13,8‰, e a França, com apenas 3‰ (BACCI, 1999, p.138). É possível que a fragilidade dos dados existentes para

² A taxa bruta de mortalidade é calculada pela relação entre o número total de óbitos em um dado ano pela média da população, multiplicado por 1.000 habitantes.

³ A taxa de crescimento natural é o resultado da subtração entre a taxa bruta de natalidade pela taxa bruta de mortalidade.

Campinas tenham supervalorizado os números de crescimento natural, ou seja, um sub-registro dos óbitos necessariamente levaria a números não tão expressivos do crescimento apontado, porém cremos que não seria tão grande assim.

OS REGISTROS DE ÓBITOS DE CAMPINAS

Uma vez que estamos trabalhando com os registros de óbitos é importante salientar alguns aspectos que dizem respeito à informação sobre a idade ao morrer. Em primeiro lugar, com freqüência os registros ao informarem a idade usam a expressão “pouco mais ou menos”, indicando que a informação era aproximada. Isto é válido tanto para pessoas adultas quanto para as crianças, o que implica em um arredondamento dos números, como no registro de Salvador Jorge Chaves, que tinha “setenta e tantos anos”⁴, ou o de “Maria menor de idade de hum mês mais, ou menos”⁵. Em tais casos, nossa postura foi de fixar a idade indicada no valor que consideramos seguro, ou seja, de acordo com os exemplos acima, em 70 anos e em 1 mês, respectivamente.

Em segundo lugar, queremos dizer que decorrente do problema de se aproximar a idade da pessoa falecida encontramos uma certa concentração de óbitos nas idades de 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, e 90 anos, o que certamente

⁴ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos, 02/01/1788.

⁵ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos, 25/11/1788.

não nos impede de classificar os óbitos por faixa etária, mas nos alerta quanto a esse problema.⁶

Finalmente, um terceiro e último ponto, a existência de certos termos empregados que dificultam a identificação da idade. No caso de adultos, aparece a expressão “mulher de” ou “marido de”, indicando o estado conjugal mas não fornecendo nenhum dado quanto à idade “mais ou menos” precisa. Para as crianças aparecem outros termos, como o caso de Manuel, “de menor idade, que tinha sido exposto”, neste exemplo, não precisamos se a “menor idade” correspondia a dias ou meses, daí a impossibilidade de enquadrar estes casos nas análises das faixas etárias, o mesmo acontecendo para as crianças que foram indicadas como “inocente” (25 casos), “de idade recente” (apenas 1 caso), uma criança de “menor idade”, e “párvulo” (36 casos). No entanto a expressão mais usada pelos notários foi a de “recém-nascido” (398 casos), indicando sem dúvida uma morte prematura que aceitamos ter ocorrido até o oitavo dia de nascimento, isto para efeito dos cálculos das Tabelas 1 e 2. O critério para adotar tal postura advém da ordem para que as crianças fossem “baptizadas até os oito dias depois de nascidas”, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (VIDE, 1719, p.14). Ilustra esse procedimento o caso de Vicente, “recém-nascido” que morreu em 05/11/1778 sem ter sido batizado.⁷ Outros casos, no entanto, como a história de Francisco, filho de José Álvares de Oliveira e de Tereza da

⁶ Cf. NOZOE, N. & COSTA, I. Del N. da (1992, p.175-182) em estudo específico sobre a frequência das idades em documentos dos séculos XVIII e XIX, fica patente a “atração pelo algarismo final 0”.

⁷ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos, 05/11/1778. Podemos citar outros exemplos de óbitos como este: Bento, 21/01/1779; Maria, 01/03/1779; João, 20/12/1779; Ana, 11/05/1780; Maria, 12/05/1780; Maria, 12/08/1781; José, 09/11/1786; Maria, 27/01/1788; Maria, 22/05/1793; João, 06/09/1797; Ângela, 20/04/1800; Inácio, 11/08/1804.

Cunha Lobo, “recém-nascido”, que foi batizado no dia 05 de fevereiro de 1778 e morreu três dias depois, nos mostram que o cruzamento dos registros de batismo e de óbito podem revelar o período de vida de alguns recém-nascidos que chegaram a sobreviver algum tempo após o batismo.⁸

No entanto, para os casos dos recém-nascidos que foram batizados após o ano de 1799, o cruzamento de fontes é beneficiado porque o livro de batismo passa a indicar a data de nascimento, o que nos possibilitou averiguar a diferença entre o dia de nascimento e o dia de batismo. O resultado dessa informação permitiu verificar que de 2.179 batismos, 16,4% das crianças foram batizadas entre o primeiro e o sétimo dia de vida, enquanto que no oitavo dia, foram 43,2%. Entre o nono e o décimo dia foram batizadas 17,9% crianças, e do décimo primeiro dia, até o décimo quinto dia, mais 17,1%. Ou seja, cerca de 1.300 batismos (59,6%) foram realizados até o oitavo dia, respeitando assim as determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, e outras 760 crianças foram batizadas até o décimo quinto dia, atingindo um total de 94,6% das crianças batizadas, o que também estava em conformidade com as Constituições Primeiras que dizia “E se em outros oito dias seguintes as não fizerem baptizar, pagarão a mesma pena (dez tostões) em dobro” (VIDE, 1719, p.14).

⁸ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Batismos, 05/02/1778, e Livro 1 de Óbitos, 08/02/1778. Outros casos ilustram a mesma situação: Francisco, Livro 1 Batismo, 15/07/1782 e Livro 1 Óbito, 16/07/1782; Ana, Livro 1 Batismo, 03/10/1790 e Livro 1 Óbito, 05/10/1790; João, Livro 2 Batismo, 15/04/1798 e Livro 1 Óbito, 18/04/1798; Joaquim, Livro 2 Batismo, 04/11/1798 e Livro 1 Óbito 05/11/1798; João, batizado e falecido no dia 20/11/1798; Salvador, Livro 2 Batismo, 21/04/1799 e Livro 1 Óbito 22/04/1799; Leonel, exposto em casa de Silvério Teixeira dos Santos em 28/05/1799, foi batizado em 02/06/1799 (Livro 2 Batismo) e faleceu no dia seguinte, 03/06/1799 (Livro 1 Óbito).

Além disso, os óbitos dos recém-nascidos que foram batizados, e que constavam da data de nascimento, encontramos a maior parte vivendo em média 15 dias após o nascimento.⁹ Assim, podemos dizer que nem todos os “recém-nascidos” arrolados pelos vigários correspondiam a crianças que morreram na primeira semana de vida.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia autorizava o batismo em casa “quando por necessidade”, isto é, “todas as vezes que houver justa, e racionável causa”, mesmo que um pároco não estivesse presente, pois “importa muito que todas as pessoas saibão administrar o Santo Sacramento do Baptismo, para que não aconteça morrer alguma criança, ou adulto sem elle, por se não saber a fórmula” (VIDE, 1719, p.14, 17, e 25). Diante disso, os vigários, curas, coadjutores, e capelães eram estimulados a ensinarem “freqüentemente a seus freguezes como hão de baptizar em caso de necessidade; e as palavras da forma em Latim, e em Portuguez, especialmente as parteiras” (VIDE, 1719, p.25). O registro de óbito de José retrata a importância de tais recomendações, uma vez que ele “foi batizado em casa porque nasceu em perigo, como tal logo a poucas horas logo morreu”.¹⁰

⁹ A seguir destacamos os casos encontrados: Maria, nascida 01/01/1802, batizada no dia 6 e falecida em 16/01/1802; Antonio, nascido 12/06/1802, batizado no dia 21 e falecido em 23/06/1802; Ana, nascida 03/07/1803, batizada e falecida em 09/07/1803; Manuel, nascido em 13/08/1803, batizado em 16, e falecido em 24/08/1803; Benta, nascida em 04/08/1803, batizada em 24 e falecida em 28/08/1803; Manuel, nascido em 14/09/1803, batizado em 18 e falecido em 23/09/1803; Joaquim, nascido em 21/09/1803, batizado em 28/09, e falecido em 06/10/1803; José, nascido em 01/02/1804, batizado no dia 05/02 e falecido em 10/02/1804; Vicência, nascida em 20/01/1804, batizada em 27/01/1804 e falecida em 13/02/1804.

¹⁰ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos, 12/09/1798. Somam-se vários casos em que crianças foram batizadas “por perigo de morte” por pessoas que não eram clérigos, conforme autorizava as Constituições Primeiras: 24/08/1774; 28/05/1775; 24/02/1781; 01/01/1782; 02/01/1785; 02/01/1786/ 13/01/1787; 01/04/1787; 07/12/1788; 12/05/1789; 25/07/1789; 03/06/1790

Outra prática que também encontramos recomendada nas Constituições Primeiras pode ser exemplificada pelo registro de batismo de 03/05/1793 onde afirma que o vigário fez “os exorcismos ao innocente Joaquim” e lhe pôs “os Santos oleos somente por ser baptizado em caza in extremis” (VIDE, 1719, p.14).

Os exemplos citados logo acima retratam que a Igreja Católica em Campinas, representada pelos vários vigários que a dirigiram, foram responsáveis em anotar com fidelidade os sacramentos recebidos pelos seus fiéis, cumprindo assim com as determinações estabelecidas pelas Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia, que mandava “a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, ensinem, ou fação ensinar a Doutrina Christã á sua família (...), para que o Parocho lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer; (...) e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebão”, dos quais o batismo, o matrimônio, a eucaristia, penitência e extrema-unção (estas três últimas retratadas nos registros de óbitos) confirmam um padrão de administração eclesiástica inaugurada pelo Concílio Tridentino (VIDE, 1719, p. 3 e 28).

Dos muitos casos que pudemos saber a diferença entre o dia de nascimento e o dia de batismo, apenas 5,4% corresponderam aos casos em que houve batismo após 15 dias de vida. Levando-se em consideração a vida no sertão, podemos dizer que esse obstáculo não era de todo um agravante para o cumprimento dos deveres religiosos. Por exemplo, Mariana foi batizada em 04/01/1801, porém ela havia nascido “no mês de novembro próximo passado no

(Livro 1 de Batismos); 30/11/1800; 07/11/1802; 09/12/1803; 08/01/1804; 08/07/1804; 16/12/1804; 29/09/1805; 08/12/1805; 13/04/1806; 10/05/1806; 09/11/1806; 01/05/1807; 02/02/1808.

sertão do Juqueri, que por impedimento não se batizou mais cedo”. Em outro batismo, o vigário pôs os “santos óleos a Germano adulto filho de Gertrudes Moreira e de pai incógnito, por me dizer a mesma May Gertrudes Moreira que o filho não estava batizado por ter nascido e ser criado nas matas da vila Nova de Bragança”.¹¹

A MORTALIDADE EM CAMPINAS

Segundo os registros de óbitos de que dispomos até o momento, confeccionamos quatro tabelas que ilustram o número de óbitos pela idade ao morrer, a fim de que venhamos a fazer alguns comentários acerca da mortalidade encontrada na freguesia e posterior vila de Campinas.

Os conselhos da Igreja para que se batizassem as crianças até o oitavo dia estão relacionados aos elevados índices de mortalidade infantil (Cf. Tabela 1 e 2), em destaque a mortalidade neonatal, isto é, aquela que ocorria até o sétimo dia de vida da criança. A tabela 1 mostra que cerca de 85% dos óbitos de crianças com menos de um ano ocorria no primeiro mês de existência, embora a escassez de números possa ter influenciado esse resultado, o que há claro é uma tendência explícita também em outros estudos sobre mortalidade, que é a existência de uma elevada mortalidade nos primeiros dias de vida. A tabela 2, por seu lado, apresenta números que indicam uma posição mais próxima da realidade já que foram apurados 897 casos. No entanto, a mortalidade infantil ainda se

¹¹ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 2 Batismo, 04/01/1801 e 11/05/1799, respectivamente. (Arquivo da Cúria de Campinas)

mostrou muito elevada uma vez que 42,7% das crianças nascidas morreram até o oitavo dia, e próximo de 57% morreram até o primeiro mês de vida.

**TABELA 1 : MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO
CAMPINAS: 1774 – 1794**

Idade ao Morrer		Número de Óbitos					
		Homens	%	Mulheres	%	TOTAL	%
1 mês	Até 8 dias	25	41,0	24	39,4	49	80,4
	+ 9 dias			3	4,9	3	4,9
	2 meses			1	1,6	1	1,6
	3 meses	1	1,6	1	1,6	2	3,2
	4 meses	1	1,6	1	1,6	2	3,2
	5 meses						
	6 meses			1	1,6	1	1,6
	7 meses			1	1,6	1	1,6
	8 meses			1	1,6	1	1,6
	9 meses						
	10 meses						
	11 meses			1	1,6	1	1,6
Total		27	44,2	34	55,5	61	99,7

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos. (Arquivo da Cúria de Campinas)

Obs.: Foram incluídos entre os óbitos de até 8 dias 21 “inocentes” e 27 “recém-nascidos”. Não foram incluídos 1 criança de “idade recente”, 13 de “menor idade”, e 2 “párvulos”.

À medida que aumenta a idade, diminui proporcionalmente os óbitos de crianças (Cf. Tabela 2), numa clara relação entre mortalidade/tempo. Numa época em que os recursos médicos praticamente inexistiam, as diferenças entre as camadas sociais, nesse aspecto, se faziam quase nulas. Assim, o filho de um senhor de engenho poderia ter o mesmo destino que o filho de um agregado seu.

No entanto, o que nos chamou a atenção na Tabela 2 foi a diferença da mortalidade entre os sexos, principalmente aquela que ocorreu até o oitavo dia. A superior mortalidade masculina, também notada em Franca segundo estudo de Aparecida da Glória Aissar, seria reflexo de uma tendência verificada em geral, “que os homens são favorecidos no nascimento com um superávit de 5 a 6% sobre as mulheres; em contraposição, estas são favorecidas diante da mortalidade, pois atinge de preferência os homens com excesso de 4 a 5%” (1980, p.60).

**TABELA 2 : MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO
CAMPINAS: 1795 - 1819**

Idade ao Morrer		Número de Óbitos					
		Homens		Mulheres		TOTAL	
			%		%		%
1 mês	Até 8 dias	226	25,2	157	17,5	383	42,7
	+ 9 dias	72	8,1	54	6,1	126	14,2
	2 meses	35	3,9	30	3,3	65	7,2
	3 meses	33	3,7	30	3,3	63	7,0
	4 meses	37	4,1	23	2,5	60	6,6
	5 meses	19	2,2	22	2,5	41	4,7
	6 meses	26	2,9	40	4,4	66	7,4
	7 meses	11	1,2	7	0,8	18	2,0
	8 meses	10	1,1	13	1,5	23	2,6
	9 meses	8	0,9	11	1,2	19	2,1
	10 meses	15	1,6	10	1,1	25	2,7
	11 meses	4	0,4	4	0,4	8	0,8
Total		496	55,3	401	44,7	897	100

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos. (Arquivo da Cúria de Campinas)

Obs.: Foram incluídos entre os óbitos de até 8 dias 4 “inocentes” e 371 “recém-nascidos”. Não foram incluídos 1 criança de “menor idade”, e 34 “párvulos”.

As tabelas 3 e 4 confirmam o peso dessa alta mortalidade infantil, mostrando que a mesma foi responsável por cerca de 30% do total de óbitos no

período de 1774-1794, e de 37% no período de 1795-1819. Em Franca, por exemplo, a mortalidade na faixa de 0 a 1 ano chegou a atingir 25% do total de óbitos no período de 1800 a 1850 (AISSAR, 1980, p.61).

Na faixa de idade entre 30 e 39 anos notamos um ligeiro predomínio da mortalidade feminina, indicando talvez mortalidade advinda com o parto de crianças.¹²

**TABELA 3 : MORTALIDADE POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO
CAMPINAS: 1774 – 1794**

Grupos Etários	Número de Óbitos					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
< de 1 ano	35	14,7	40	16,8	75	31,5
01 a 9 anos	9	3,8	16	6,7	25	10,5
10 a 19 anos	11	4,6	10	4,2	21	8,8
20 a 29 anos	16	6,7	9	3,8	25	10,5
30 a 39 anos	4	1,6	8	3,4	12	5,0
40 a 49 anos	9	3,8	9	3,8	18	7,6
50 a 59 anos	9	3,8	7	2,9	16	6,7
60 a 69 anos	8	3,4	7	2,9	15	6,3
70 a 79 anos	8	3,4	11	4,6	19	8,0
80 anos e +	10	4,2	2	0,9	12	5,1
Total	119	50	119	50	238	100

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos. (Arquivo da Cúria de Campinas)

Obs.: Não foram computados os seguintes casos de óbitos: 9 “marido/mulher de”, 2 “párvulos”, e 9 casos não constam referência à idade.

A Tabela 4 reforça essa tendência, em que aproximadamente 37% do total de mortes são de crianças com menos de um ano, e que entre os adultos,

¹² Encontramos apenas dois casos que ilustram essa situação, o primeiro, Inácio, filho de Antonia Camargo, faleceu em 18/11/1779, seguido por sua mãe em 27/11/1779, o segundo foi o óbito de Vicência aos 13/02/1804, seguido da morte de sua mãe Maria dos Anjos em 08/03/1804.

as mulheres sofrem mais os efeitos da mortalidade entre as faixas de 10 a 49 anos.

Por outro lado, a mortalidade entre os sexos mostrou-se equilibrada em seu conjunto, possibilitando um crescimento da população de forma harmoniosa, uma vez que também verificamos uma relação equilibrada entre os sexos das crianças batizadas.

**TABELA 4 : MORTALIDADE POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO
CAMPINAS: 1795 - 1819**

Grupos Etários	Número de Óbitos					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
< de 1 ano	526	20,9	406	16,2	932	37,1
01 a 9 anos	331	13,2	343	13,6	674	26,8
10 a 19 anos	40	1,6	54	2,1	94	3,7
20 a 29 anos	43	1,7	85	3,4	128	5,1
30 a 39 anos	56	2,2	89	3,5	145	5,7
40 a 49 anos	63	2,5	74	2,9	137	5,4
50 a 59 anos	59	2,3	60	2,4	119	4,7
60 a 69 anos	63	2,5	61	2,4	124	5,0
70 a 79 anos	49	2,0	46	1,8	95	3,8
80 anos e +	43	1,7	26	1,1	69	2,7
Total	1273	50,6	1244	49,4	2517	100

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 de Óbitos. (Arquivo da Cúria de Campinas)

Obs.: Não foram computados os seguintes casos de óbitos: 10 “marido/mulher de”, e 105 casos não constam referência à idade.

Foram esparsas as informações que encontramos sobre as causas da mortalidade, comprovando o caráter lacônico do documento, ou até mesmo a falta de compreensão sobre a importância de tais informações por parte daqueles que as recebiam. O resultado aponta para apenas 43 relatos sobre a causa mortis, sendo a mais freqüente a de que o indivíduo morreu “de repente”. A

violência no meio rural também foi destacada nos casos em que apontaram o uso de armas para justificar a morte de alguém, como o caso de um indivíduo que morreu por “um tiro de espingarda”, ou devido à morte por “facadas”. Joaquim Lima da Silva foi violentamente “morto a pancadas e enterrado no mato pelo matador”, diz-nos o registro de óbito de 19/05/1800. Sobre doenças contagiosas temos apenas um relato que indica o falecimento do jovem Gaspar, “por morrer de bexigas e estar ... corrupto”.¹³ Morrer “mordido de cobra” era outro risco que corriam aqueles que moravam no sertão. Embora a violência esteja aqui retratada por esses casos, podemos dizer que ela não era generalizada, uma vez que de todos os óbitos levantados, apenas 6,6% relatam que as pessoas morreram “sem sacramento algum”.

No caso da mortalidade ocorrida nos primeiros dias de vida podemos inferir uma série de fatores, tais como a precariedade nas condições de higiene e saúde e que levavam as crianças a morrerem do “mal de sete dias”, ou seja o tétano, a má nutrição da mãe e da criança, bem como as doenças infecciosas e parasitárias, como a coqueluche, difteria, e os vários tipos de febre. Entre a população jovem de 0-20 anos em Franca as doenças infecciosas e parasitárias foram as que mais assolaram aquela população, sendo responsáveis por 25,5% do total de óbitos (AISSAR, 1980, p.67).

Finalmente, queremos considerar a mortalidade de acordo com o Quadro 1, que nos apresenta a taxa bruta de mortalidade para diversos anos. Como já apontamos em nossa introdução, as taxas encontradas para Campinas

¹³ Registros Paroquiais de Campinas, Livro 1 Óbito, 02/01/1776. (Arquivo da Cúria de Campinas)

são superiores aquelas vistas para alguns países europeus. No entanto, quando atentamos para o período da freguesia (1774 e 1794) os índices apontam para um certo equilíbrio, com pouca variação entre os anos estudados. Não obstante, os valores calculados para os anos que retratam momentos da vila de Campinas são muito superiores aos de 1774 e 1794.

QUADRO 1: TAXA BRUTA DE MORTALIDADE DE CAMPINAS

ANO	TAXA BRUTA DE MORTALIDADE
1774	15,4‰
1794	16,8‰
1798	38,2‰
1806	49,9‰
1812	27,6‰
1814	38,1‰

Fonte: Mapa Geral de Habitantes (AEL – Unicamp), e Registros Paroquiais de Campinas (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Como podemos perceber ao observarmos o Quadro 1, de 1798 a 1814 as flutuações da taxa de mortalidade são muito nítidas, apresentando variações entre os índices que vão de 10,5% (mínimo: entre 1812 e 1814) a 22,3% (máximo: entre 1806 e 1812). Essas modificações da taxa de mortalidade nos levam a reforçar a idéia de que fluxos migratórios contribuíram muito para o crescimento da vila campineira, assim, o valor da taxa de mortalidade de 1812 poderia ser explicado a partir do crescimento populacional que teria ocorrido nos anos anteriores, quando então teríamos um crescimento “artificial” dessa população graças aos imigrantes e uma mortalidade proporcionalmente menor em relação ao momento anterior a chegada de um contingente de imigrantes. De

forma análoga poderíamos obter uma taxa de mortalidade mais elevada se num dado momento houvesse a saída de habitantes da vila.

Podemos enfatizar, a despeito das hipóteses a pouco levantadas, de que o aumento das taxas de mortalidade reflete o adensamento populacional sofrido por Campinas no momento em que se estabelece uma agricultura voltada a exportação, a cana-de-açúcar, e que o mesmo se reflete com a elevação da freguesia à condição de vila.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As taxas de mortalidade encontradas se mostraram menores que a natalidade, favorecendo a existência de um forte ritmo de crescimento vegetativo da população. Embora os valores obtidos sejam menores que os avaliados para a Capitania de São Paulo (42‰), notamos que com o crescimento da vila houve um aumento significativo da mortalidade, elevando a taxa a um valor mais aceitável para a realidade da época onde as condições de saúde e higiene eram mais precárias. Embora os registros de óbitos raramente indicam a “causa mortis”, à vista disso podemos dizer que a mortalidade de crianças (até 9 anos) foi a grande responsável pelos elevados índices de óbitos, uma vez que atingiram 42% dos registros computados entre 1774 e 1794, e 63,9% entre 1795 e 1819. A morte provocada pelo “mal-de-sete-dias” era a que afetava com maior intensidade os recém-nascidos, uma vez que a infecção tetânica se generalizava rapidamente em virtude das precárias condições de higiene existentes. Em Campinas, o maior índice de mortalidade foi o de crianças de até um mês, algo também comum na Europa, onde uma criança inglesa em cada cinco ou seis morria antes de

completar o primeiro mês de vida (BURGUIÈRE, 1998, p.16). Ou seja, a mortalidade era extremamente alta, diminuindo à medida que a idade ia aumentando.

Diante destas primeiras informações, não podemos afirmar que nas regiões de grande lavoura o ritmo de crescimento natural foi “menos rápido que o dos setores de subsistência”, contrariando as suspeitas de Marcílio (1984, p.200). Muito pelo contrário, o que notamos até este momento da pesquisa foi a existência de um crescimento vegetativo elevadíssimo (36‰ em 1794 e 1814) se comparado ao da Capitania de São Paulo que atingiu 11,7‰ em 1798 e 12,2‰ em 1818 (MARCÍLIO, 2000, p.89), resultado claro de taxas de natalidade superiores as de mortalidade, somado ao peso de uma forte imigração, contrariando a idéia de que haveria a saída de indivíduos livres em virtude da grande mobilidade espacial existente, uma vez que os nossos resultados confirmam um movimento maior de entrada de pessoas, especialmente constituída de casais, onde as redes de apoio familiares seriam as grandes responsáveis pela vinda e permanência desses novos moradores.

DEMOGRAPHIC ASPECTS OF THE MORTALITY OF THE FREE POPULATION IN CAMPINAS: 1774 - 1819.

Abstract: This communication will present the first results of a in progress research, where the free population in Campinas has been studied under some demographic aspects through the use of the Parochial Registers. Here it is intended to analyze the mortality of the infantile and adult population at two moments: of the parish of Campinas (1774-1794), and of the village (1794-1819). The first results point with respect to one high tax of mortality, mainly that occurred one in the first month of life. Mortality between the sexes revealed balanced in its

set, making possible a growth of the population of harmonious form, a time that also we verify a balanced relation enters the sexes of the baptized children.

Keywords: mortality; historical demography; Campinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISSAR, Aparecida da Glória. Natalidade e mortalidade em Franca: estudo de demografia histórica (1800-1850). Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1980.

BACCI, Massimo Livi. Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das conseqüências. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1984, pp.69-109.

_____. *Historia de la población europea*. Barcelona: Crítica, 1999.

BURGUIÈRE, André. et al (dir.) *História da Família*. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998, vol. 3.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Primeiras Constituições Synodais do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1719.

MARCÍLIO, Maria L. *Sistemas demográficos no Brasil do século XIX*. In: MARCÍLIO, M. L. (org.) *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

NOZOE, Nelson. & COSTA, Iraci Del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.34, 1992, pp.175-182.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, jan./jun. 2002, pp.75-93.